

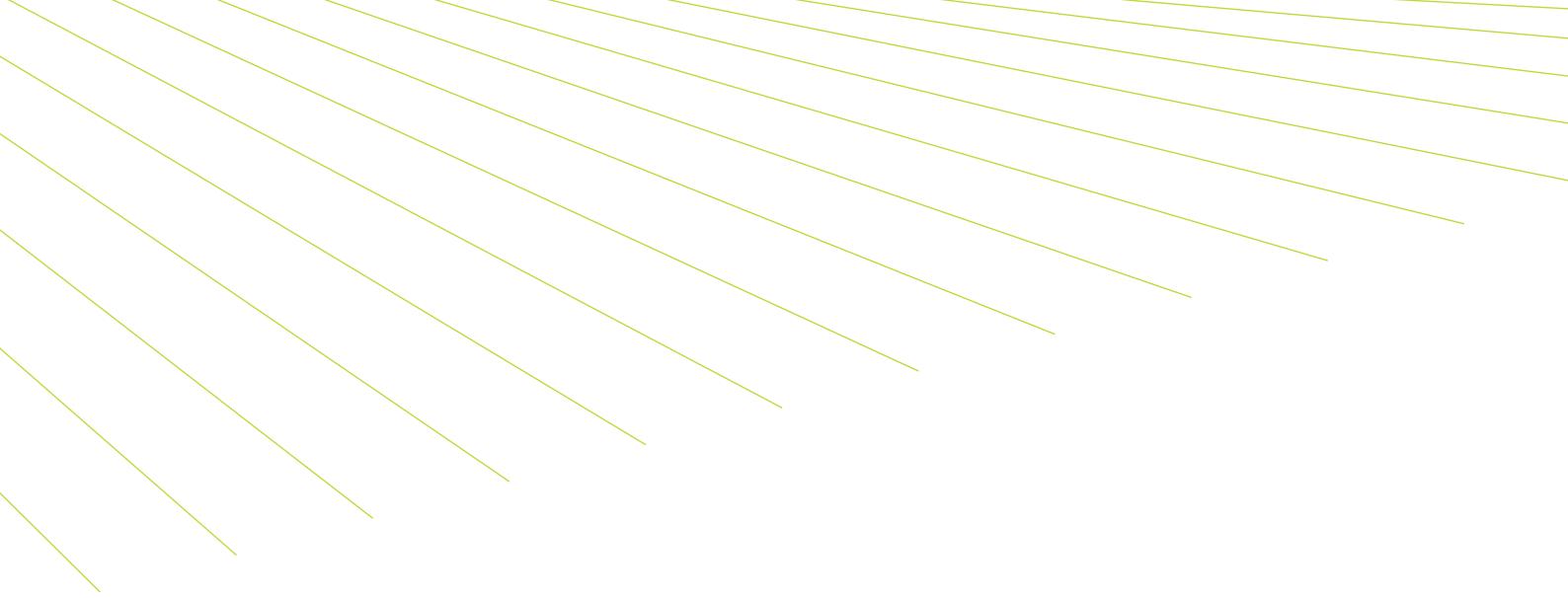
CONEXÃO AMÉRICA LATINA

Movimento ao Socialismo: uma radiografia do poder total na Bolívia



Carlos D. Mesa Gisbert

Ano 2, Volume 2



CONEXÃO AMÉRICA LATINA

Movimento ao Socialismo: uma radiografia do poder total na Bolívia



Carlos D. Mesa Gisbert



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Coleção: Conexão América Latina – dirigida por Bernardo Sorj e Sergio Fausto.

Tradução Sérgio Molina

Revisão Beatriz Kipnis

Projeto Gráfico Felipe Martins

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2023

Gisbert, Carlos D. Mesa

"Movimento ao Socialismo: uma radiografia do poder total na Bolívia" – I. ed. –

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2023.

38 p. (Conexão América Latina)

ISBN 978-65-87503-09-7

1. Ciências sociais. 2. América Latina – Política e governo. I. Gisbert, Carlos D. Mesa. II. Plataforma Democrática. III. Título. IV. Série.

CDU: 316

CDD: 301

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

APRESENTAÇÃO

Na série *Conexão América Latina*, publicada por *Plataforma Democrática*, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos aqui publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas e cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

MOVIMENTO AO SOCIALISMO: UMA RADIOGRAFIA DO PODER TOTAL NA BOLÍVIA

 Carlos D. Mesa Gisbert¹

Em 2 de abril de 2023, no terceiro ano de governo de Luis Arce, o ex-presidente Evo Morales tuitou: “O MAS–IPSP” (Movimiento al Socialismo–Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos) não está no governo. É totalmente falso que pedimos ministérios. Quando ganhamos as eleições, esclareci e sugeri ao irmão @LuchoXBolivia que formasse seu gabinete com pessoas que respondessem a ele. Não pedi nenhum cargo, nada”.

Passaram-se dezessete anos desde que, em 22 de janeiro de 2006, Morales e o MAS chegaram ao poder depois de uma clara vitória eleitoral. Nesse mesmo dia, ele nomeou o atual presidente para compor seu gabinete como ministro da Economia e Finanças, cargo que este ocupou por quase doze anos (apenas com um afastamento temporário, entre 2017 e 2019, para tratar de um câncer), até 10 de novembro de 2019, quando horas antes da renúncia de Morales à Presidência, enviou-lhe uma carta em que dizia: “A atual conjuntura política, depois de um irresponsável trabalho do Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP), exige a pacificação do país, por isso apresento aqui minha renúncia irrevogável ao cargo de Ministro de Estado”. Ironicamente, ele se referia à fraude eleitoral perpetrada três semanas antes pelo OEP, que alterou os resultados finais da eleição para dar a vitória a Evo Morales no primeiro turno.

¹ Historiador, jornalista e político boliviano, foi presidente da Bolívia (2003-2005), vice-presidente (2002-2003) e candidato à presidência nas eleições gerais de 2019 e 2020.

O ainda incerto confronto interno no MAS entre o que na Bolívia se conhece como “ala evista” (que apoia Morales) e “ala arcista” (que apoia Arce) retrata o momento complexo e difícil enfrentado pelo movimento político mais relevante do país no século XXI. Ele ocorre no limiar de uma crise econômica também de desenlace incerto, que põe em xeque o governo e o modelo vigente desde 2006. O “milagre econômico” do período 2006–2014 se desmacha entre os dedos de Arce e Morales, que até recentemente se vangloriavam de seu êxito perante o mundo.

Qual o caminho que os dois líderes percorreram até chegar à presente situação?

Aqueles anos de glória

Já se perde nas brumas a euforia de uma sociedade que elegeru Morales, com mais da metade dos votos, como o primeiro presidente indígena da história do país e seu movimento como a expressão plural de uma sociedade da qual um estrato afinal conquistava a centralidade e o protagonismo do poder. Votaram pelo chamado “processo de mudança” não apenas as bases populares, mas também uma cada vez mais larga classe média e até alguns setores das elites.

Morales e o MAS se alimentaram com sucesso da antipolítica, do discurso anti-imperialista, baseado na ferrenha defesa do cultivo de folha de coca (tanto legal como ilegal) e da decadência do sistema partidário que sustentara a conquista da democracia em 10 de outubro de 1982, mas agora se encontrava — a despeito de suas indiscutíveis contribuições à democracia — profundamente desgastado pelo loteamento do poder em favor de setores minoritários e pela corrupção crescente.

"Processo de mudança" queria então dizer igualdade, inclusão, fim da discriminação e do racismo e consolidação dos plenos direitos dos indígenas. Uma iniciativa que tinha como objetivo fechar o capítulo das grandes conquistas sociais inaugurado pela revolução de 1952 e continuado com a abertura democrática de 1982.

O período democrático 1982-2006

Os setores que dominaram as esferas de decisão de Estado a partir de 1982 não conseguiram se furtar de sua própria visão das coisas, de sua concepção de mundo e, sobretudo, da preservação de seus interesses. O erro naquele ponto de partida foi acreditar que os alicerces da revolução nacionalista de 1952 eram suficientemente profundos e não perceber que esse salto — gigantesco, sem dúvida — não contemplava um ponto essencial: que a partir daquela transformação, o "objeto" coletivo da mudança (a população indígena) devia se tornar sujeito. Apesar de tudo, nesse período se abriram as portas para o maior tesouro que uma pessoa pode ter, o conhecimento através da educação. Com todos seus defeitos, a universalização da educação (1955) e a posterior reforma educacional (1994) propiciaram um novo pensamento, que olhava a realidade com outros olhos, com protagonistas vindos das bases populares e rurais da sociedade.

Independentemente do que se pense sobre o que hoje é representado pela bandeira multicolorida da nação, é inegável que o desenho da casa democrática de 1982 não a abarcou por inteiro. A mudança, portanto, foi concebida de forma incompleta, não por falta de projeção ou ambição de sua proposta, mas por não ter sabido responder adequadamente à dimensão identitária e multicultural, com as demandas crescentes da porção indígena da sociedade. O argumento de que a pobreza era o verdadeiro

problema e de que a tarefa principal era erradicá-la esbarrava em uma limitação: o abismo a superar era (e continua sendo) tão imenso que são necessárias, no mínimo, duas gerações lutando por sua solução para que os resultados comecem a aparecer. Portanto, não bastava apenas apontar o rumo.

Porém, para quem pensa que o primeiro governo de Morales foi o “ano zero” de um novo país — sobretudo no que tange ao mundo indígena —, convém frisar que a gênese do Estado Plurinacional já se encontrava em conceitos incluídos na Constituição reformada de 1994. Primeiro, no seu artigo 1, que reconhece o caráter multiétnico e pluricultural da nação. Segundo, no artigo 171, que diz, literalmente: “São reconhecidos, respeitados e protegidos (...) os direitos sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas (...) relativos a suas terras comunitárias de origem, garantindo o uso e aproveitamento sustentável dos recursos naturais (...) sua identidade, valores, línguas, costumes e instituições (...) as autoridades naturais das comunidades indígenas e campesinas poderão exercer funções de administração e aplicação de normas próprias como solução alternativa de conflitos, conforme seus costumes e procedimentos”.

Adicionalmente, cabe destacar três contribuições estruturais para a mudança: 1) a lei de participação popular, verdadeira origem das autonomias municipais territorializadas, que marcou a descentralização do poder e dos recursos econômicos; 2) a reforma educacional, que introduziu a educação intercultural e bilíngue; 3) a nova lei da reforma agrária, que reconheceu as terras comunitárias de origem nos *llanos*² e estabeleceu o critério da função econômica e social da terra.

² A região dos *llanos*, localizada na porção leste, norte e nordeste da Bolívia, inclui os departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz, todos fronteiriços com o Brasil. Também é chamada de *Tierras Bajas*, justamente por situar-se nas zonas de mais baixa altitude do país — portanto mais férteis e úmidas (Nota do Tradutor).

Por que isso não foi suficiente? Porque os espaços de participação no coração do poder eram reservados majoritariamente a blocos da classe média alta e das elites. Um extremo do espectro deu lugar a outro extremo, uma exclusão mental abriu as portas para outra exclusão. As próprias portas se desconjuntaram, e uma densa cortina encobriu as respostas daqueles que, no governo, pecaram também pela negação da ética como valor fundamental da legitimidade. As mudanças dos anos 1990 se di- luíram porque não encarnaram a ideia de compartilhar, de representar realmente a todos e de compreender que a interpretação da sociedade majoritariamente mestiça (correta, sem dúvida) estava fortemente condicionada por seu componente indígena (o maior da América Latina, com 40% da população, segundo o censo de 2012). As medidas, que podiam ter mesmo um caráter de vanguarda, não abriram de fato as portas do poder político e dos canais de decisão para essa parte da sociedade que as normas constitucionais reconheciam quase em plenitude.

Na base, a sede de mudança, a demanda de participação, a exigência de tornar verdade a soberania do povo na construção social começou a se transformar em uma energia que extravasava sua força na confusão, na desordem, na sensação cada vez mais tangível de que o verdadeiro poder era exercido nas ruas. O que estava ocorrendo era algo terrivelmente real, o Estado (sua administração) desmoronava vítima de sua própria miopia e a sociedade se atomizava na confusão, alimentada pelo radicalismo e pela falsa ilusão da democracia direta. Esse desmoronamento impressionante, que pudemos sentir e viver quase cotidianamente no período 2000–2003, coincidindo com o nascimento do novo século, pôs por terra algumas ideias sem as quais a vida em comunidade é muito difícil de encarar: lei, deveres, direitos, aceitação explícita e implícita de que o pacto social que firmamos protege a todos por igual e garante para todos o desenvolvimento de nossas aspirações individuais e coletivas.

Os significativos avanços dos anos 1990 resultaram, paradoxalmente, no colapso do Estado, entre outros motivos, porque não foi adequadamente simbolizado, porque se pensou equivocadamente que corpo e alma podem ser separados. Os eventos de 2006 provaram que a alma é muito mais importante do que parece, que é impossível construir o que quer que seja, por melhor e mais atraente que pareça, sem alma (*ajayu*, diríamos em aimará).

A força do simbólico

Foi a carga simbólica da proposta eleitoral de Morales e do MAS, em 2005, o verdadeiro alicerce de seu êxito eleitoral, que lhe permitiu inaugurar um período da nossa história tão relevante quanto traumático. Os outdoors espalhados por todo o território nacional naquela campanha expressam muito bem esse fato: o rosto de traços indígenas do candidato acompanhado de um chamado ao eleitor que apelava à identidade — “Você é ele” — era a essência de uma mensagem que levou à conquista do voto indígena mais resistente e a uma adesão para além desse círculo, que se manteve firme até a eleição de 2014.

Morales chegou ao poder com 54% dos votos, o mais alto percentual obtido por um candidato em eleições limpas e o maior desde 1966. Foi o primeiro governante indígena de nossa história, com toda a carga interna e internacional que isso significou. O tempo provou que esse fato lhe deu uma margem de credibilidade tão grande que seus excessos, os quais viriam a debilitar dramaticamente as bases democráticas do país, demoraram muito em ser reconhecidos como tais, sobretudo por uma comunidade internacional fascinada — principalmente a ocidental — com uma visão rousseauiana e de consciência pesada por seu passado colonialista. Essa margem de respaldo acrítico, cujos vestígios perduram até hoje, não beneficiara nenhum de seus antecessores e deu lugar à apreciação de uns e outros com

dois pesos e duas medidas, sem ponderar as ações de Morales à frente do governo.

Era a assunção de um ansiado redentor de povos, culturas e cosmovisões que clamavam por completar o anunciado rumo da igualdade e da inclusão. Proclamava-se que as ancestrais bases morais da sociedade indígena substituiriam as práticas de corrupção em toda a sociedade, e muito especialmente entre seus governantes.

A tônica das horas iniciais foi de euforia e esperança. Mesmo quem não votara em Morales estava disposto a lhe conceder o benefício da dúvida. Todos, cansados de um passado imediato de instabilidade crônica (2000–2006), imaginavam que a ordem voltaria a reinar no país, entre outras razões, porque o grande chefe das mobilizações e bloqueios tinha finalmente chegado ao poder. Era um momento promissor, a conjuntura econômica se perfilava como a melhor de toda nossa história republicana. A Assembleia Constituinte se vislumbrava no horizonte como o cenário de um novo pacto social almejado pela grande maioria.

O tempo, implacável, foi revelando que essas premissas se espatifaram contra a crua realidade da repetição de antigas práticas políticas e de gestão do Estado até se transformar em mais um câncer a carcomer as bases da sociedade e seus valores, em meio a diversos escândalos protagonizados pelas novas elites dos governos masistas que substituíram os velhos estamentos políticos.

A legitimidade do voto abriu as portas para a desinstitucionalização total da ordem democrática “occidental e burguesa” que o país escolhera como sua meta histórica em 1982, para dar lugar à construção de uma “ordem revolucionária”, sobre a premissa de que as mudanças nesse contexto são “irreversíveis” e de que a garantia de sua vigência está ancorada na perpetuação de seu

instrumento político, o MAS, e de seu líder, Evo Morales. O velho conceito de "a Revolução sou eu" foi o princípio de um caminho rumo à autocracia.

No discurso de sua primeira posse, em 2006, o presidente recém-eleito deixou as coisas claras. Em sua visão de país, o "nós" incluía somente os indígenas, preeminentes donos da centralidade do poder. Na ocasião, afirmou: "Estamos aqui para dizer basta à resistência. Da resistência de 500 anos à tomada do poder por 500 anos, por indígenas, operários, todos os setores, para acabar com essa injustiça, para acabar com essa desigualdade, para acabar sobretudo com a discriminação, com a opressão à qual fomos submetidos como aimarás, quíchua, guaranis".

Valha como pano de amostra. Na véspera de suas três posses formais no palácio legislativo, em 2006, 2010 e 2015, Morales foi literalmente entronizado como uma espécie de imperador aimará no complexo arqueológico de Tiwanaku (cultura indígena andina que teve seu apogeu entre os anos 600 e 900) com vestes rituais e com os símbolos do poder na cabeça e nas mãos, calcados nos vestígios existentes dessa civilização.

A construção da ideia do Estado Plurinacional como contribuição central para uma "nova" nação, aparentemente livre de exclusão, discriminação e racismo e portadora do ideal do "bem viver" (segundo a lógica de que, filosoficamente, essa premissa é diferente e qualitativamente superior à aspiração ocidental de "viver melhor"), permeou profundamente o conjunto da sociedade ao longo de dezesseis anos, por meio do mecanismo eficiente e demolidor da propaganda na mídia estatal e paraestatal, nas redes sociais e em uma educação primária e secundária com essa orientação, transmitida através de novos textos oficiais obrigatórios de ciências sociais, que contam um passado refeito e inventado à imagem e semelhança do discurso oficial.

Esse aparato incontrastável conseguiu convencer grande parte dos bolivianos (inclusive entre aqueles que militam na oposição) que, de fato, em 22 de janeiro de 2006 ocorreu a segunda fundação da Bolívia, com certidão de nascimento datada em 7 de fevereiro de 2009, dia da promulgação da nova Constituição.

Segundo essa premissa, antes dessas datas a Bolívia era algo assim como uma África do Sul latino-americana, marcada pelo Apartheid, onde os indígenas viviam à margem de uma sociedade que não avançara nada ou quase nada na busca da igualdade de oportunidades e no reconhecimento dos direitos da cidadania, econômicos e sociais. Essa visão idílica omitiu intencionalmente os avanços anteriores, fundamentais e transformadores. Os de 1952: o voto universal, a reforma agrária, a universalização da educação — sobretudo em áreas rurais — a segurança social também universal e os já citados do período democrático 1982–2006.

Esse discurso taxativo também construiu um imaginário perigoso para o presente e o futuro, mais próximo das visões anteriores à hecatombe da Segunda Guerra Mundial que aos desafios de uma sociedade plural e multicultural do século XXI.

Desse modo, o masismo e seu método, baseado em enfatizar meias-verdades, mentiras flagrantes e o novo mecanismo popularmente conhecido como “pós-verdade”, propagaram um discurso que minou seriamente as bases da unidade da Bolívia proclamada pela Constituição, mas desmentida pelos fatos.

A nova Constituição como retrato do ideário do regime

O coração do projeto masista foi o novo texto constitucional. Sua construção deveria refletir, como de fato refletiu, o projeto histórico da nova elite governante, seus objetivos e a concepção de sociedade que almejava.

O projeto de Constituição não foi efetivamente debatido pelos representantes eleitos em 2006 (255 congressistas, com maioria masista e minoria opositora), devido a intermináveis violações à lei que convocou à Assembleia Constituinte e estabeleceu as regras para sua elaboração. Foi aprovado sem a discussão em plenário de nenhum dos seus artigos. Suas sessões foram suspensas *sine die* por causa de um conflito sobre qual cidade seria a capital do país e sede de seus quatro órgãos de poder (Sucre ou La Paz). A recusa do MAS de levar esse debate adiante e a resposta exasperada dos cidadãos (a sede da Assembleia era a cidade de Sucre), impediu que os constituintes voltassem a se reunir. Esse fato insólito levou à aprovação “em bloco” do projeto constitucional, com a presença exclusiva de representantes do MAS, em um quartel militar nos arredores de Sucre custodiado pelas Forças Armadas. O texto era um rascunho redigido por uma equipe internacional e nacional financiada pelo governo, em meio a distúrbios que causaram pelo menos três mortes. Meses mais tarde, o texto foi aprovado “em detalhe”, na cidade de Oruro, novamente sem a presença dos congressistas da oposição. Depois de um período de violência e intolerância e um acordo congressual *in extremis* entre governo e oposição (não no seio da Assembleia, mas do Congresso ordinário e com mediação internacional), a Carta modificada foi submetida a um referendo popular, que aprovou por maioria absoluta.

A nova Constituição mudou o nome do país de República da Bolívia para Estado Plurinacional da Bolívia. Adotou como sistema de governo a democracia participativa, representativa (com quatro órgãos — Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral —, reconhecendo assim que o país continua sendo uma República) e comunitária (basicamente pela tradição organizativa indígena).

Reconhece, mantendo a unidade da nação, ser um Estado com autonomias baseadas em municípios, regiões e departamentos,

garantindo a eleição local de autoridades executivas e legislativas e o direito de receber e administrar recursos próprios.

É garantista e ampla no reconhecimento dos direitos de última geração, mas ao mesmo tempo é excessivamente legalista, incorporando vários regimes especiais (seis).

Dedica um capítulo aos povos originários, reconhecendo 36 línguas oficiais (além do castelhano) e a consequente pluralidade cultural do país. Hoje, cerca de dez delas, bem como os povos que as falam, desapareceram ou estão condenadas ao desaparecimento, sem que o Estado que proclama defendê-las tenha feito nada para protegê-las e resgatá-las.

Reconhece os direitos dos povos indígenas, ampliando e detalhando as premissas já estabelecidas na Constituição anterior. Introduz o conceito de cidadania coletiva, a par da individual, e reconhece plenamente a Justiça indígena, a par da Justiça republicana. Reconhece os direitos de propriedade, administração e manejo dos recursos em suas terras comunitárias de origem. Na prática, porém, verifica-se a construção explícita de uma hegemonia andina, sobretudo aimará, com uma lógica de apropriação territorial geoestratégica das terras baixas (65% do total da superfície do país). Não se respeitam os direitos dos indígenas dos *llanos* (32 dos 36 povos reconhecidos pela Constituição), que são avassalados ou submetidos por meio da cooptação e do clientelismo. A Constituição cunhou o termo “interculturais” para se referir a indígenas aimarás e quíchua que se assentam em zonas baixas e recebem terras do governo nessas regiões ou, simplesmente, as tomam à força por meio da organização de grupos de “sem terra”. Como exemplo ilustrativo, cabe lembrar que, em sua gestão, Morales promoveu uma política deliberada de assentamentos de “interculturais” de terras altas no departamento de Pando (no norte amazônico, fronteira com Brasil

e Peru), o menos povoado do país, hoje habitado por uma ampla maioria de origem andina.

Assume como prioridade o respeito à Mãe Terra e o desenvolvimento sustentável, embora os governos de Morales e Arce, na prática, tenham violado a intangibilidade de parques nacionais e territórios indígenas, autorizando a mineração e exploração de hidrocarbonetos em várias dessas áreas protegidas. O caso mais conhecido foi o do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), na Bacia Amazônica, com a decisão governamental de construir uma estrada que pode dividir o parque em dois, questão ainda em litígio³. A poluição ambiental explodiu em cidades e áreas rurais, por falta de políticas preventivas e educativas adequadas. O lago Titicaca, símbolo sagrado da cultura andina, vem sendo fortemente impactado por esse descontrole. O uso indiscriminado de mercúrio para a extração do ouro está poluindo severamente importantes rios do país e ameaçando sua fauna. O processo químico para a produção de sulfato e cloridrato de cocaína é também um preocupante fator de poluição.

No plano econômico, o regime prioriza o Estado como indutor, empresário, produtor e regulador. Afirma que os recursos naturais estratégicos devem permanecer nas mãos do Estado e é muito pouco propenso a fomentar e garantir o investimento externo. Mantém-se aferrado à lógica do extrativismo e do rentismo que deu pouquíssimos resultados positivos na Bolívia ao longo de sua história.

A base do “milagre econômico”

O grande mito com o qual o masismo convenceu o país de ter dado uma guinada de 180 graus na economia foi tirado do ima-

³ O governo de Morales rescindiu o contrato da estrada do TIPNIS com a empresa brasileira OAS, que assumira a obra avaliada em 420 milhões de dólares (80% financiados pelo BNDES). O presidente acusou a OAS de não cumprir outro contrato de construção de estradas no sul do país.

ginário coletivo cunhado pela revolução de 1952: a “retomada” pelo Estado dos recursos naturais estratégicos. Se naquele momento foi por meio da nacionalização das minas nas mãos de três grandes empresários locais, a partir de 2006, o alvo foram os hidrocarbonetos, que haviam sido cedidos às transnacionais na capitalização dos anos 1990. Morales, na prática, não fez nacionalização alguma. Modificou os contratos “neoliberais” com as transnacionais impondo o aumento de impostos e caracterizando as empresas como operadoras, não mais como sócias⁴. Essa manobra melhorou por alguns anos as contas do Estado. Mas foi “pão hoje, fome amanhã”, patente na decisão das empresas de permanecerem na Bolívia apenas operando os campos e poços já concedidos, sem arriscar novos investimentos em exploração, esgotando assim os megacampos descobertos no processo de capitalização. A lógica das outras “nacionalizações” — do setor elétrico, de refinarias de petróleo, siderúrgicas, telecomunicações etc. — foi confiscar, comprar a preço baixo e depois negociar compensações econômicas com os afetados. Esse mecanismo custou ao Estado quase 1,5 bilhão de dólares. A concessão das gigantescas reservas de ferro do Cerro Mutún não teria sido mais liberal sob o governo de Sánchez de Lozada. Aquelas premissas ultranacionalistas tampouco pautaram o recente contrato com uma empresa chinesa para a exploração das reservas de lítio, na última fronteira da mineração na Bolívia. O resultado objetivo dessas decisões foi que o país teve por muitos anos um dos níveis de investimento externo relativo mais baixos da América Latina.

4 A capitalização de cinco grandes empresas estatais no primeiro mandato de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993–1997) se deu por meio da privatização de metade de cada uma delas, concedendo o direito de administração e gestão às transnacionais que as adquiriram. O valor da outra metade foi transferido pelo Estado em favor dos bolivianos maiores de idade, em um fundo fiduciário utilizado para pagar um bônus anual por velhice a todos os maiores de 65 anos. Quanto aos impostos, no caso do setor de gás, o Estado tributou as companhias com taxas que variaram entre 25% e 35%. A “nacionalização”, além de firmar novos contratos com as empresas, reverteu o fundo fiduciário a favor do Estado. Com isso, de fato, confiscou esses recursos dos cidadãos, ainda que mantendo o bônus, mas agora com recursos do Tesouro Nacional.

Para entender o êxito econômico do governo masista no período 2006–2014, que lhe permitiu reduzir a pobreza, promover a mobilidade social, desdolarizar a economia e aumentar o poder de compra dos salários formais (no marco de uma informalidade real que passou, nesse período, de 60% a 80%), deve-se lembrar o superciclo de valorização das commodities, entre 2005 e 2015, que favoreceu especialmente a América do Sul.

Nunca antes na história republicana da Bolívia ocorreu um fenômeno semelhante. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (*Serries históricas. 80 años generando estadísticas*, 2019), nos nove anos entre 2006 e 2014, a Bolívia recebeu 75,3 bilhões de dólares por exportações. Desse total, 36,5 bilhões (48%) foram por exportações de gás. Para que se tenha uma ideia das dimensões desses números, basta saber que, nos 55 anos do período 1950–2005, o país recebeu por todas suas exportações apenas 36,7 bilhões de dólares, menos da metade que o recebido nos nove anos do período de maior prosperidade dos governos de Morales. A título de ilustração, vale a pena frisar estas cifras: em 2005, o milhar de pés cúbicos de gás era vendido ao Brasil a 2,50 dólares, com uma média no período 1999–2005 de 1,76 dólares. Em 2012, ano de maior alta nos preços do produto, o milhar era vendido a 9 dólares, com média de 5,80 dólares. As cifras mostram que o aumento exponencial de ganhos não resultou de um aumento na produção, e sim dos preços internacionais, sem nenhum mérito da gestão governamental. As exportações de gás caíram de 6,6 bilhões em 2014 para 3 bilhões em 2022. Para completar o quadro, hoje as importações bolivianas anuais de hidrocarbonetos estão na casa dos 4,3 bilhões de dólares, tornando o país deficitário nesses produtos.

Ironicamente, o funcionamento da economia cotidiana — para além de “nacionalizações”, confiscos e investimentos milionários, num afã de industrialização por meio de elefantes brancos

ineficientes — baseia-se nas regras mais permissivas do capitalismo, no marco de uma economia informal dominante alimentada, além dos empreendimentos majoritariamente comerciais, pelo contrabando maciço e pelo narcotráfico. A teoria do crescimento da demanda agregada da economia, em tempo de vacas gordas, baseou-se na “bolivianização” da moeda, no aumento real de salários e no incentivo ao consumo, inclusive de luxo. O sistema financeiro foi o grande beneficiário dessa política sustentada pela dilapidação das reservas do Banco Central, transformado em credor das grandes empresas estatais. Promoveu-se um forte investimento público para compensar o baixo investimento privado, interno e externo, financiado pelo déficit fiscal.

Não resta dúvida de que, se não fosse aquele momento econômico excepcional, é bem pouco provável que Morales e o MAS conseguissem se manter no governo por tanto tempo e construir o modelo autocrático que aplicaram.

A estratégia da tomada do poder total

Os governos do MAS, justificando seu peso histórico “revolucionário”, empenharam-se desde o primeiro dia em assegurar sua permanência indefinida no poder. As vantagens de sua força simbólica, da nova Constituição e de sua legitimidade pela via eleitoral em 2005 e 2009, somadas à excepcional prosperidade econômica “caída do céu”, permitiram-lhes desenvolver seu projeto de demolição da “velha ordem”.

Destrução do sistema partidário

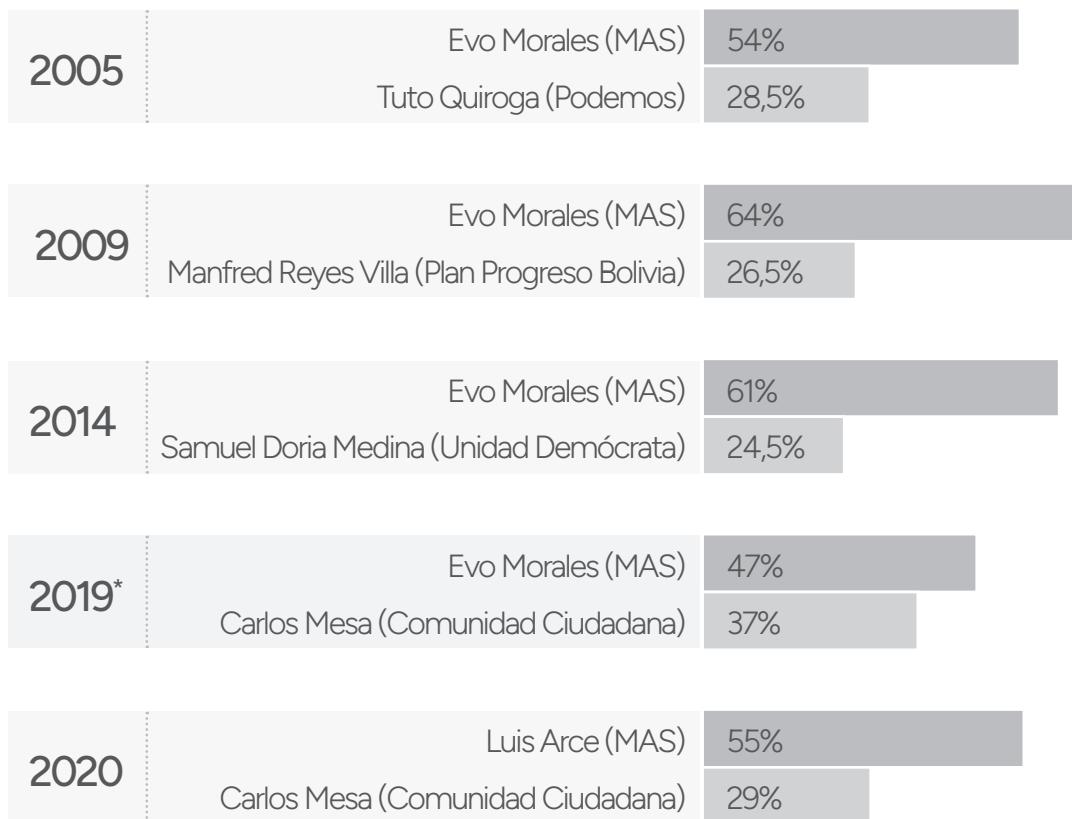
A primeira tarefa foi a demolição do sistema político partidário. Não foi muito difícil, porque a crise terminal de 2003 tinha levado à implosão dos partidos históricos, pilares do processo democrático iniciado em 1982. Quando o MAS ganhou sua pri-

meira eleição, o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) — partido fundamental do século XX —, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e a Acción Democrática Nacionalista (ADN), estavam feridos de morte, acuados pelas mobilizações sociais cada vez mais radicais que se iniciaram em 2000. O adversário no primeiro governo masista era uma frente improvisada (denominada Poder Democrático e Social-Podemos) liderada pelo ex-presidente Jorge Tuto Quiroga e composta pelos cacos do velho sistema da ala liberal de centro-direita e direita, sobretudo da ADN e do MIR. Passados os três primeiros anos turbulentos até a promulgação da nova Constituição (2006–2009), durante os quais a governabilidade foi precária e esteve a ponto de se perder, o novo esquema se impôs com toda força. Para tanto foi preciso derrotar o departamento de Santa Cruz, o mais poderoso do país, e as regiões da chamada meia-lua, no oriente geográfico da Bolívia. Entre setembro de 2008 e abril de 2009, o destino de Morales e do MAS esteve em jogo. Depois de confrontos sangrentos no município de Porvenir, departamento de Pando, e das execuções extrajudiciais em um hotel de Santa Cruz, o governo acusou a oposição de orquestrar um plano terrorista para assassinar o presidente e derrubar seu governo. Com esse pretexto, encarcerou vários líderes da oposição e empurrou centenas deles para o exílio.

Depois da derrota regional, a frente Podemos se fragmentou e perdeu toda a força como oposição parlamentar. Consolidou-se assim uma “democracia” de partido único, que pulverizou qualquer tentativa de recuperar um sistema plural de maiorias e minorias e de funcionamento minimamente respeitoso das regras de tolerância, diálogo e vasos comunicantes entre governo e oposição. Essa situação só fez piorar no segundo e terceiro governos do MAS, com uma oposição fragmentada e uma representação parlamentar reduzida à irrelevância pelo controle esmagador de 2/3 do Congresso pelo partido governista, o que

Ihe deu carta branca para levar adiante seu projeto hegemônico, sem possibilidade de contestação nem fiscalização.

De 2005 a 2020, o desempenho eleitoral do MAS, na comparação do vencedor com o segundo colocado foi a seguinte:



*O resultado desta eleição é apenas referencial, dada a fraude perpetrada pelo governo. Se nos ativermos à evolução dos números parciais antes da fraude, pode-se estimar o resultado real em 46% para Morales e 39% para Mesa.

Essa realidade, a de uma oposição cujo principal objetivo era desalojar Morales e o MAS do governo, com propostas alternativas muito semelhantes às do período denominado “liberal” da democracia (1985–2003), mostrou algum movimento de recomposição em 2019, mas os eventos desencadeados depois da renúncia de Morales devolveram a hegemonia ao masismo.

As diversas frentes do período 2006–2019 se dispersaram com o fim de seu governo, dando lugar à criação de diversos sucedâneos. A consolidação, em 2019, de uma coalizão de centro, hoje vigente, oferece a possibilidade de construir um espaço de maior projeção no tempo.

Tomada do Poder Judiciário

A estratégia na qual tudo se baseava era clara: a tomada do poder total implicava o controle dos quatro poderes do Estado. O Executivo e o Legislativo já estavam controlados graças à votação recebida, com a “ajuda” de um Tribunal Eleitoral (TSE) de tendência governista, eleito por um Congresso amplamente dominado pelo masismo.

Portanto, o verdadeiro segredo do controle absoluto do país e suas instituições era a tomada do Poder Judiciário, que se perpetrhou em duas etapas. Primeiro (2006–2011), com o indiciamento ou ameaça de indiciamento dos juízes do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) e do Tribunal Constitucional (TCP), deixando-os sem ação, demissionários, ou sem quórum (especificamente o TCP), situação que impossibilitou à oposição e aos cidadãos apresentarem recursos constitucionais ou processos de constitucionalidade. Isso deu carta branca ao governo para agir à vontade e sem controle, aumentando dramaticamente — entre outras coisas — os casos de corrupção ao amparo de esferas judiciais servis e/ou pouco transparentes.

Segundo (2011–2023), legitimando a chave dessa situação des temperada. Isso foi feito por meio da Constituição, que estabeleceu a eleição dos quatro principais tribunais de justiça do país pelo voto popular direto. Tratava-se da escolha de quase sessenta magistrados pelo voto cidadão, os quais — habilidosa mente — passavam antes por um filtro estratégico: a pré-sele-

ção dos candidatos conduzida exclusivamente pelo Congresso, que entre 2010 e 2020 foi controlado por 2/3 de representantes masistas, em ambas as câmaras. Nesse período foram celebradas duas eleições judiciais, em 2011 e 2017. Feita a pré-seleção de candidatos, todos eles adeptos ou simpatizantes do masismo, foram submetidos à votação popular. Em 2011, a soma de votos nulos e brancos chegou a 60% e em 2017, a 65%; mas nem assim os pleitos foram anulados. Isso fez com que, no melhor dos casos, algum candidato chegassem ao cargo com pouco menos de 20% dos votos, e a grande maioria com votações que oscilaram entre 3% e 10% dos sufrágios.

O presidente Morales não inventou nada, apenas aplicou a receita dos regimes autocráticos ou ditatoriais da América Latina. O instrumento mais importante para coroar seu objetivo de poder absoluto por tempo indefinido, convenientemente temperado com uma retórica “revolucionária e transformadora”, é o Poder Judiciário.

O Ministério Público (promotoria) e o Poder Judiciário são imprescindíveis para obter o controle total de um país e a perpetuação no poder. Por isso, a luta por uma Justiça independente é de vida ou morte para a democracia. Enquanto a Justiça for o butim dos autocratas, seremos objeto, e não sujeitos, de nosso destino coletivo.

Mas por que esse tema é tão decisivo?

Porque possibilita a construção de um corpus de leis afinados aos interesses dos governantes, o estabelecimento de regras do jogo restritivas para a oposição, a definição de legislações e zoneamentos eleitorais favoráveis ao partido governista, condições desiguais no caso de processos de impugnação, representação injusta nos governos subnacionais e, finalmente, mecanismos de

manipulação e fraude em espaços geográficos (sobretudo rurais) transformados, por meio do clientelismo, da corrupção, da chantagem e da cumplicidade, em currais impermeáveis à fiscalização da oposição e de observadores independentes, nacionais e estrangeiros. Parte dessa ação é conseguida com a cumplicidade entre o Poder Judiciário e o Poder Eleitoral, ambos sob controle do Legislativo, como já vimos.

Assim, os delitos de quem está à frente do governo ficam impunes, desde a corrupção pura e simples até a violação da soberania popular.

Porque todas nossas liberdades e direitos constitucionais ficam nas mãos da autocracia, permitindo desde a violação sistemática dos Direitos Humanos até a anulação das garantias ao devido processo legal.

Porque toda investida governista no campo legislativo, por mais arbitrária que seja, tem sua ratificação garantida, desde a imposição de leis inconstitucionais até a obstrução de qualquer proposta da oposição.

Porque todo adversário político é convertido em inimigo, ameaçado, perseguido e encarcerado sem contemplação, validando-se desde o arbítrio de quem manda até os processos inventados com provas falsas ou forjadas.

Nesse contexto, a violação sistemática do Estado Democrático de Direito e do devido processo legal são a regra, não a exceção.

Por outro lado, como de costume, promotores e juízes põem no mesmo saco o joio e o trigo, confundindo os cidadãos ao misturar crimes reais e inventados, até que no meio da lama ninguém consegue distinguir um do outro.

Os quadros da cúpula do Poder Judiciário e da Promotoria (Ministério Público) corresponderam, portanto, a três perfis:

1. Juízes e promotores militantes ou adeptos do partido governista;
2. Funcionários servis às ordens de quem conduz a estratégia de controle de seu funcionamento, portanto, complacentes e majoritariamente corruptos;
3. Muitos deles com pouca idoneidade profissional.

O resultado é catastrófico, não apenas para o sistema de separação e independência dos poderes, mas para o cidadão comum, que padece um mecanismo que o vitima cotidianamente em promotorias e tribunais, desde o nível local até os mais altos tribunais nacionais.

Enquanto a Justiça estiver nas mãos da autocracia masista, não há processo judicial, proposta legislativa, demanda de constitucionalidade, apelação, pedido de habeas corpus, votação popular ou adequada interpretação da Constituição que prospere.

Manutenção indefinida no poder

Deslumbrado com seus inquestionáveis êxitos eleitorais e com o exercício do poder, Morales, assenhoreado dos quatro poderes do Estado, resolveu ir além e passar por cima da Constituição que ele mesmo sancionara.

Em 2014, postulou-se ilegalmente a um terceiro mandato, violando a Constituição, cujo texto indica claramente que: “o mandato do Presidente (...) é de cinco anos, podendo este ser reeleito uma única vez consecutiva”. Para não deixar lugar a dúvidas, estabelece, em uma disposição transitória, que “os mandatos

anteriores à vigência desta Constituição serão levados em conta para efeito do cômputo dos novos mandatos". O Tribunal Constitucional, servil a Morales, alegou de modo insólito que em 2009 o país fora "refundado" e, portanto, os dois mandatos anteriores não contavam. Com esse aval, sem nenhum prurido, o presidente concorreu a uma terceira eleição. E venceu.

Em 2015, Morales acreditou que seus reiterados êxitos eleitorais lhe davam carta branca para tornar realidade seu desejo de se perpetuar no poder. Com a cumplicidade do Congresso, onde controlava dois terços das cadeiras, e do Tribunal Constitucional, planejou o golpe definitivo contra o princípio da alternância no poder e a limitação constitucional ao risco de perpetuação no comando do Executivo e controle absoluto das instituições do Estado. Propôs modificar a Constituição para permitir sua reeleição indefinida. O Congresso aprovou rapidamente essa mudança, mas para torná-la efetiva era imprescindível submetê-la a referendo popular. Morales tinha certeza de que o eleitorado estava a seus pés e que ele venceria a consulta sem maiores dificuldade. Mas em 21 de fevereiro de 2016, a Bolívia fez história ao responder NÃO à pergunta que habilitaria a reforma. Foi a primeira derrota eleitoral de Morales desde 2005. Sua reação foi coerente a sua personalidade. Indignado, virou as costas para o voto. Seus advogados logo encontraram um atalho para atingir seu objetivo na interpretação que o TCP fez do artigo 23 da Carta Interamericana de Direitos Humanos, segundo a qual nossa Constituição "violava um direito humano do presidente" ao limitar o número de vezes sucessivas que ele podia se candidatar à reeleição. Com isso, Morales conseguiu ter sua candidatura homologada para um quarto mandato presidencial em 2019. Com esse passo, ele sem saber marcou o prazo de validade de sua longa passagem pelo governo — é o presidente que por mais tempo governou na história da Bolívia, catorze anos. Em 2021, finalmente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos negou que a reeleição indefinida fos-

se um direito humano, desmontando a falácia de Morales e seu Tribunal Constitucional. Apesar dessa decisão contundente, até hoje o TCP não revogou sua sentença favorável a essa violação à norma nem anulou a inacreditável suspensão — ainda vigente — de quatro artigos da Constituição que tratam especificamente da limitação à reeleição indefinida.

2019 – fraude ou golpe?

Em 2019, a tendência do voto mudou significativamente. Diferentemente dos três pleitos presidenciais anteriores, desta vez o candidato opositor podia levar a eleição para o segundo turno. Morales fora longe demais, comprometendo seriamente sua imagem interna. Nem seu poderoso aparato de comunicação nem os recursos ilimitados para a propaganda e a guerra suja contra seu adversário conseguiram sustentar seu respaldo histórico.

As eleições foram realizadas em 20 de outubro. Nessa data, à noite, o Tribunal Eleitoral suspendeu abruptamente a contagem rápida oficial quando esta chegou a 84% dos votos, que davam Morales com 45%, 7 pontos à frente de Carlos Mesa, com 38%. 22 horas mais tarde, ao retomar a contagem com 95% dos votos, o resultado era 47% para Morales e 37% para Mesa, exatamente os 10 pontos de diferença que o presidente precisava para evitar o segundo turno. Pela primeira vez desde 2005, recebera menos de 50% dos votos, e pela primeira vez a oposição conseguia superar os 35% (a melhor votação anterior tinha sido 28,5%). A manipulação flagrante do TSE despertou a indignação geral, que resultou em uma mobilização maciça e sustentada ao longo de 21 dias de protesto nas dez principais cidades do país. Morales pediu uma auditoria da eleição à OEA e se comprometeu a respeitar seu resultado. O Relatório da auditoria, respaldado pela União Europeia, estabeleceu: MANIPULAÇÃO DOLOSA E PARCIALIDADE DA AUTORIDADE ELEITORAL. Nas atas, alte-

ração e falsificação das assinaturas de mesários, em volume significativo. No processamento, manipulação e redirecionamento de dados para servidores ocultos, possibilitando a troca de atas com participação direta ou tolerância negligente por parte das autoridades do Tribunal Supremo Eleitoral. Em suma, a explicitação de uma fraude.

A pressão popular levou Morales a apresentar sua renúncia à Presidência em 10 de novembro de 2019. No dia 11, depois de pedir asilo no México, abandonou o território boliviano, deixando o cargo vago. Sua estratégia de criar um vácuo constitucional parecia funcionar. No mesmo dia, renunciaram as autoridades da linha de sucessão prevista na Constituição: o vice-presidente do Estado, a presidente do Senado, o presidente da Câmara de Deputados, o primeiro vice-presidente do Senado e a primeira vice-presidente do Senado. Contudo, nessa linha — não considerada nesse plano — estava a segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, do bloco de oposição. De acordo com o regulamento da câmara alta, na ausência ou renúncia de seus predecessores, ela devia automaticamente ser alçada à Presidência do Senado (terceira na linha de sucessão constitucional) e, consequentemente, cabia a ela assumir o comando do país. Por outro lado, conforme uma sentença do Tribunal Constitucional emitida em 2001, tratava-se de uma sucessão constitucional *ipso facto*, a fim de evitar qualquer interrupção do exercício da Presidência do país. Com base nessa jurisprudência, Áñaez foi empossada em 12 de novembro de 2019.

A evidência mais categórica da constitucionalidade do seu mandato presidencial foi dada pelo funcionamento livre e pleno do Congresso, controlado em 2/3 pelo MAS e presidido em ambas as câmaras por militantes masistas. Foi esse Congresso que aceitou a renúncia de Morales e seu vice-presidente, Álvaro García Linera, e anulou por unanimidade as eleições de 2019, convocando um novo pleito e estendendo o mandato de Áñez e do

próprio Congresso para viabilizar a realização do novo processo eleitoral em 2020.

Apesar desses elementos contundentes, o aparato midiático nacional e internacional do MAS, através do Grupo de Puebla e de veículos influentes que simpatizavam com a gestão de Morales, realizou, durante o governo de Áñez e muito intensamente no primeiro ano de governo de Luis Arce, uma campanha para instalar a ideia de que na Bolívia houve um “golpe de Estado”.

Corrupção

O sequestro da Justiça e a perpetuação ilegal de Morales no poder deram espaço à discricionariedade e à corrupção. Essa situação foi facilitada por programas como “Evo cumpre”, de obras realizadas por decisão unipessoal do presidente; convites públicos em vez de licitações para a execução de obras gigantescas, ou simplesmente concessão de contratos por meio de decreto presidencial, e não por leis.

Entre muitas irregularidades, constataram-se casos de corrupção na YPFB (empresa estatal de petróleo) na venda internacional de combustível superfaturado (2006); na compra irregular de perfuratrizes; na concessão forjada para a construção de unidades de separação gás-líquido (2008); na conclusão do projeto de transposição de água do rio Misicuni por meio de contratos irregulares (2009); na compra superfaturada de barcaças de fabricação chinesa (2009); na transferência de cheques do Fundo de Desenvolvimento Indígena para contas privadas de seus executivos; nos contratos irregulares e manipulados em favor da empresa China Camcé (2016); no pagamento injustificado de uma indenização milionária à empresa chilena Quiborax (2018). Casos até hoje não esclarecidos, que custaram aos cofres bolivianos mais de um bilhão de dólares.

Perseguição política

Nos governos dos dois presidentes do MAS, a perseguição política é uma constante, por meio do Poder Judiciário e do Ministério Público, transformados em braços da perseguição e encarceramento de opositores.

Sob a acusação de corrupção ou “terrorismo”, centenas de cidadãs e cidadãos foram detidos ou forçados a abandonar o país como “foragidos” da Justiça. Depois da crise de 2008–2009, foram destituídos vários governadores eleitos. O do departamento de Pando ficou detido por mais de nove anos, a maior parte desse tempo em prisão preventiva, sem sentença, acusado de “genocídio”. Os governadores de La Paz, Cochabamba e Tarija, foram destituídos de seus cargos acusados de corrupção e permaneceram fora da Bolívia por mais de onze anos. Importantes líderes da sociedade civil foram mantidos na prisão e muitos cidadãos pediram refúgio ou asilo político em países vizinhos. Dois ex-ministros de Estado morreram na prisão ao terem negada a assistência médica, e um ex-presidente do Serviço de Estradas morreu depois de ter sido obrigado a subir a La Paz para lavrar pessoalmente uma declaração judicial, apesar de sofrer sérios problemas cardíacos. Foram assassinados em um hotel na Santa Cruz, como parte das operações “antiterroristas” de 2009, dois cidadãos estrangeiros e um boliviano.

A prisão preventiva virou regra. A partir de 2021, foram abertos diversos processos em torno do suposto “golpe de Estado”, com a acusação de terrorismo, conspiração e rebelião. O resultado foi a detenção “preventiva” da ex-presidente Jeanine Áñez, de dois dos seus ministros e vários chefes policiais e militares, além de diversos ativistas que se manifestaram nos 21 dias de protestos de 2019.

O governo de Arce não hesitou em acusar a Igreja Católica, a OEA e a União Europeia (que junto à ONU e ao governo da Espanha, atuaram como mediadores na crise de 2019) de respaldarem o “golpe de Estado”. Ele já fez isso em diversas ocasiões, duas delas em discursos perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

O caso da ex-presidente Jeanine Áñez é particularmente grave. Depois de sua prisão preventiva, em 2021, foi submetida a um julgamento sumário sob a acusação de “descumprimento de deveres e resoluções contrárias à Constituição” — leia-se culpada de assumir a Presidência por meio de um “golpe de Estado” — e condenada a dez anos de prisão. Ao mesmo tempo, decidiu-se — passando por cima da Constituição — abrir um segundo processo contra ela responsabilizando-a pelos confrontos sangrentos em Senkata (La Paz) e Sacaba (Cochabamba), que deixaram um saldo de cerca de vinte mortos, resultado da resposta militar desproporcional às ações de manifestantes que, em Senkata pretendiam tomar à força os depósitos de combustível que abastecem La Paz. O desfecho violento teve forte relação com a diretriz de bloquear e desabastecer as principais cidades do país, transmitida pelo ex-presidente Morales do seu autoexílio. Esses eventos ocorreram quando Áñez estava no exercício da Presidência, portanto, segundo a Constituição, ela deveria ter sido indiciada dentro de um processo de responsabilidade, com a participação do Procurador-Geral, do Tribunal Supremo de Justiça e do Congresso. Seus acusadores alegaram não reconhecê-la como presidente constitucional e, portanto, essa disposição da Carta Magna não se aplicava. Eles se esqueceram de que, em 1993, o presidente de fato Luis García Meza foi julgado e condenado em um processo de responsabilidade por graves violações dos direitos humanos. Em abril de 2023, iniciou-se o julgamento de Áñaez, com o respaldo do TCP, em um tribunal ordinário que, quase com certeza, terminará com a condenação da ex-mandatária à pena máxima de trinta anos de prisão.

Em dezembro de 2022, depois de uma longa crise com o departamento de Santa Cruz, o governo deteve “preventivamente” o governador eleito Luis Fernando Camacho, sob a acusação de terrorismo (também pelos episódios de 2019), e o recluiu na prisão de mais alta segurança do país. Meses antes, já fizera o mesmo com Marco Antonio Pumari, líder cívico de Potosí e candidato à vice-presidência na chapa encabeçada por Camacho, em 2020.

Segundo diversas fontes, entre elas uma investigação documentada da principal aliança da oposição, Comunidad Ciudadana, em 2023 há mais de 180 presos políticos na Bolívia.

Entre 2021 e 2023 o país recebeu três missões de observadores internacionais: o Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (2021); Diego García Sayán, relator da ONU para independência de juízes e advogados (2022); e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2023). Seu objetivo era analisar a situação da Justiça na Bolívia sob diferentes perspectivas. As conclusões comuns das três missões foram as seguintes: na Bolívia, o Poder Judiciário não é independente, está sujeito a decisões políticas; a prisão preventiva vem sendo usada de forma discricional, violando o princípio de presunção de inocência; há tipos penais abertos que não se adequam à Carta Interamericana de Direitos Humanos, como “rebelião” e “conspiração”, por exemplo, ou que são ambíguos no seu alcance, como o delito de “terrorismo”, o que facilita a perseguição, acusação e prisão de líderes e militantes de oposição. Observou-se também a falta total de institucionalização do Ministério Público e do Poder Judiciário, sobretudo em suas inumeráveis interinidades, além do baixíssimo orçamento da instituição, o que limita sua efetiva atuação como contrapoder. Em suas conclusões, todos os relatórios ressaltaram a necessidade imperiosa de um grande acordo nacional entre Estado, representação política e sociedade civil.

A desafortunada transição (2019–2020)

A esta altura, o leitor deve estar se perguntando: se tudo o que foi dito aqui é verdade, como se explica a vitória de Arce e do MAS nas eleições de 2020, que parece ter confirmado a adesão majoritária dos bolivianos a seu projeto?

O governo de transição, que deveria durar seis meses, se estendeu a um ano por causa da pandemia de Covid-19 com a qual teve que lidar em toda sua gestão, o que obrigou ao adiamento do processo eleitoral de maio a outubro de 2020.

De raízes profundamente conservadoras, o governo interino reuniu setores radicais da oposição a Morales, tendo à frente um dos parlamentares mais intolerantes, Arturo Murillo; o impulso da liderança cívica de Santa Cruz, em torno de Luis Fernando Camacho e Branko Marinkovic, ambos também presidentes do Comitê Cívico de Santa Cruz; e uma equipe de ministros e autoridades de empresas estatais da mesma raiz ideológica.

A premissa equivocada do governo foi que Morales tinha fugido da Bolívia para não voltar e que o MAS, ferido de morte, devia ser inabilitado como organização política. A chegada de Áñez e Camacho ao palácio de governo portando a Bíblia como estandarte foi uma afirmação interpretada como fundamentalista. A gestão, duramente condicionada pela pandemia, foi revanchista com as figuras relevantes do governo anterior, conflituosa em nível internacional e salpicada de casos de corrupção, os mais graves deles ligados ao manejo de recursos destinados à aquisição de equipamentos e insumos para o combate da Covid-19.

Para a base indígena do MAS, sobretudo depois dos confrontos sangrentos já mencionados, o governo de Áñez significou um retrocesso nas conquistas de igualdade e inclusão

econômica. O partido de Morales aproveitou o processo eleitoral para contrastar de forma enviesada as duas gestões e afirmar que toda a oposição estava representada por essa administração “reacionária e de extrema direita racista”.

Para completar o quadro, uma parte da oposição cometeu o erro estratégico de não entender o que levara o candidato da Comunidad Ciudadana a conseguir, em 2019, um feito inédito contra o poderoso Morales, mesmo este tendo toda a máquina do governo em suas mãos — tanto que, se as eleições contassem com um TSE imparcial, teria havido um segundo turno, com grandes chances de vitória. Tanto Luis Fernando Camacho, um dos principais protagonistas da resistência democrática de 21 dias, como a própria presidente, cuja popularidade inicial não tinha a ver com ela mesma, mas com o papel de fiadora que ela representou na transição eleitoral democrática, resolveram se candidatar. Apesar da desistência de Áñez a poucos dias da eleição, o estrago já estava feito. Por tudo isso, Arce conseguiu confortáveis 55%, Mesa beirou os 29% e Camacho ficou com 14%, concentrados em Santa Cruz.

O mau governo de Áñez e a divisão da oposição desmobilizaram e desalentaram os cidadãos que, como nunca antes, saíram às ruas em 2019 para enfrentar democraticamente os movimentos sociais controlados pelo MAS. Isso permitiu ao masismo recuperar o governo com folga e manter sua estratégia de domínio total do poder, à maneira de Morales.

O esgotamento do “processo de mudança” (2020–2023)

O governo de Arce, pelo caráter do próprio presidente, não tinha a marca carismática de Morales. As conquistas substantivas do projeto de 2006, bem ou mal, já estavam feitas, e era evidente

que a nova elite no poder estava acomodada no clientelismo e na cooptação das bases por meio do loteamento da máquina governamental e suas áreas de controle econômico.

A primeira impressão foi de que o novo presidente seria apenas uma ficha nas mãos de Morales, que o escolhera como seu candidato ao ser legalmente impossibilitado de ele mesmo concorrer mais uma vez à Presidência. O primeiro ano do governo Arce foi vacilante, mais parecendo um eco do passado. Porém, aos poucos, tanto Arce como seu vice-presidente, David Choquehuanca, começaram a mover as peças no tabuleiro, a não escutar as “instruções” de Morales e a formar um poder interno no MAS, valendo-se das vantagens de administrar o Estado, dominando paulatinamente a bancada governista, também escondida por Morales. Em 2022, o respaldo do Congresso à gestão Arce era maior que o recebido por Morales.

Mas tanto vai o cântaro à fonte que... em janeiro de 2023 soaram os primeiros alarmes econômicos. A credibilidade do presidente se baseava no “milagre econômico 2006–2014”, o que o tornava fiador do modelo herdado. Contudo, apesar de sua insistência em manter a política centrada no câmbio fixo, na intocabilidade do preço interno dos hidrocarbonetos, na inflação baixa e no crescimento do PIB acima de 4%, esse modelo já se esgotara.

Por mais que o período de prosperidade tivesse propiciado o crescimento da economia até quase quadruplicar, o gasto público, sobretudo em salários do funcionalismo se multiplicou por seis, a dívida pública saltou de 3,2 bilhões de dólares em 2006 a mais de 13 bilhões em 2022. O modelo produtivo permanece totalmente dependente da exportação de commodities à mercê das oscilações dos preços internacionais. O investimento público se sustenta com o alto déficit fiscal (média de 7% no período 2015–2022, sem contar 2020, ano da pandemia).

Entre 2015 e 2022, Morales e seu ministro Arce queimaram toda a gordura acumulada nos oito anos de vacas gordas. Os 15 bilhões de dólares de reservas de 2014 se reduziram a menos de 3 bilhões — 85% em lingotes de ouro — no início de 2023, tornando imperioso monetizar o ouro, último saldo das reservas. O dólar, imprescindível em uma economia com um grau de industrialização tão baixo e grande consumidora de insumos e produtos importados, praticamente desaparecera do mercado monetário. O sistema financeiro começou a sentir os primeiros tremores da desconfiança. O gás estava literalmente virando gás (as reservas caindo e os ganhos diminuindo...), a ponte para a produção de lítio como produto substituto é muito longa (gerará divisas de modo significativo só a partir de 2026), o investimento público se retraiu e o horizonte se encheu de nuvens negras.

A sensação de estabilidade escora-se nos subsídios aos hidrocarbonetos, a alguns produtos de primeira necessidade e aos bônus a crianças, mulheres e idosos, além de contar com uma economia informal que tem no contrabando e no narcotráfico importantes agentes econômicos.

Nesse cenário, o controle total do poder continua vigente, mas agora disputado por duas facções, a do líder histórico, muito desgastado perante a opinião pública, e a do presidente, que corre o risco de se ver sem respostas estruturais para a crise econômica, salvo a aplicação de receitas ortodoxas, indesejáveis para seus planos políticos, a fim de obter liquidez no médio prazo.

Hoje, pouco ou nada resta da ilusão inicial. Ao desencanto soma-se o racha interno no MAS e a evidência empírica de que o modelo está deixando de funcionar. A única evidência clara é a vocação desse partido para o poder a qualquer custo e, no seu exercício, para a ação autocrática e abusiva sobre o conjunto da sociedade.



Esta pode ser uma oportunidade para uma oposição que deveria aprender as lições positivas de 2019 e as negativas de 2020, não só com o objetivo de pôr fim ao autoritarismo vigente, mas também propondo um modelo de futuro com novos paradigmas ambientais, de produção e consumo e, sobretudo, com um projeto de recuperação dos valores democráticos, baseado na conquista de um sistema plural de partidos, independência de poderes e alternância no comando da nação.

junho de 2023

